Cultura Escolar Migrações e Cidadania - Actas do VII Congresso LUSO-BRASILEIRO de História da Educação
20 - 23 Junho 2008, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto)
ISBN 978-972-8614-13-3

As escolas de primeiras letras e o Lyceu Parahybano: cultura material escolar (1822-1864).

Cláudia Engler Cury
Universidade Federal da Paraíba[1]

EIXO 6 – Instituições educativas e cultura material escolar

1. Para começo de conversa

O texto discute os resultados de uma pesquisa que se encontra em seu quinto ano[2] e que teve início com a catalogação e transcrição da documentação sobre a instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte, localizada no Arquivo Público do Estado da Paraíba. Atualmente, a pesquisa está em fase de digitação e organização permitindo aos pesquisadores envolvidos com o trabalho realizarem suas análises. O recorte temporal estabelecido para esta comunicação foi o período entre os anos de 1822 e 1864[3]: o primeiro marco cronológico refere-se ao início da implantação do regime monárquico no Brasil, e o segundo, refere-se ao ano em que foi realizada uma reforma da instrução pública na província da Parahyba do Norte que redesenhou os rumos para a instrução pública. Os dois referenciais indicam as interfaces entre a história política e a história da educação.

A metodologia adotada para a análise do referido tema articula a discussão teórica sobre a cultura escolar, com enfoque na cultura material identificada no corpus documental, com as possibilidades de compreendermos as práticas culturais implementadas no processo de organização da vida escolar no dezenove. Desta forma, o pesquisador pode apreender, mesmo que parcialmente, as formas de organização do cotidiano escolar e as possíveis alternativas ou estratégias que os professores de primeiras letras e do Lyceu Parahybano tiveram para desenvolver os métodos de ensinar bem como os métodos punitivos e disciplinares.

---

[1] Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. claudiacury@terra.com.br

[2] A pesquisa já teve uma fase anterior que resultou na publicação pelo INEP/SBHE dos documentos paraibanos na Coleção Documentos da Educação Brasileira relativo à coletada e transcrição realizada no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Núcleo de Documentação Regional da UFPB, no Arquivo do Estado de São Paulo e na Biblioteca da Faculdade de Direito de Recife.

[3] O recorte temporal aqui mencionado é o mesmo utilizado no projeto PIBIC que vimos desenvolvendo e que conta com duas bolsistas.

Compartilhamos a perspectiva da história cultural de Roger Chartier, quando ele afirma que essa abordagem tem "por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler". A discussão acerca da concepção de cultura material é bastante conhecida dos historiadores que lidam com temporalidades como a pré-história e história antiga e, entre os antropólogos, a cultura material também tem contribuído para se compreender as mais diversas culturas. Os historiadores da educação começam a despertar para a importância de se levar em consideração os estudos sobre cultura material para se entender a cultura escolar.

A pretensão desse estudo que ora apresentamos é o de adensar as discussões que vimos desenvolvendo no grupo de pesquisa, História da Educação na Parahyba Imperial, no sentido de melhor compreendermos o cotidiano da vida escolar por meio dos indícios que nos foram deixados pelas solicitações dos habitantes das vilas e da capital da província por utensílios e "materiais didáticos". Estamos aqui incluindo os instrumentos punitivos, em especial, a palmatória que teve importância significativa para os professores no sentido de garantir a ordem e a disciplina e, ao mesmo tempo, temida pelos alunos que foram alvo da aplicação das palmatoadas.

As leituras que temos feito sobre cultura material escolar indicam uma tendência comum nos estudos de história da educação que é a de considerar o Município da Corte como referência primordial e de onde emanavam todas as demandas da vida escolar no oitocentos. Tendo como referência as análises provenientes da documentação e das pesquisas que estamos desenvolvendo na Paraíba e do contato com outros pesquisadores região norte e nordeste, podemos dizer que havia semelhanças com relação às preocupações e demandas no que diz respeito à cultura material com igual freqüência e insistência tanto por parte das autoridades provinciais quanto dos habitantes das vilas e cidades. Continuamos convictos de que os estudos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa em várias regiões do Brasil sobre o dezenove, nos últimos dez anos, vêm redefinindo outro desenho para a história da educação. As pesquisas caminham na direção de pensarmos que não havia um único centro emanador de idéias e uma periferia, no caso as províncias mais distantes da região norte. A idéia ainda hegemônica entre os pesquisadores da história da educação que tendem a pensar as províncias mais distantes do Rio de Janeiro, como meras receptoras ou repetidoras de um padrão de escolaridade propagado pelo Município da Corte precisa ser repensado. Não estamos aqui negando a importância da Corte como referência para as outras localidades do império, entretanto, não é possível pensarmos que tudo dependia de iniciativas vindas de lá porque senão teremos que acreditar, por exemplo, que antes do Colégio de Pedro II para a instrução secundária nada havia. O Lyceu Parahybano[45] pode ser nesse caso, um contra exemplo porque foi criado em 1836 e assim permaneceu por todo o período imperial adentrando aos tempos republicanos.

A vida escolar em uma província periférica como a Parahyba, com poucos recursos não era fácil e podemos perceber essa situação a partir das petições dos moradores das vilas, das solicitações dos mestres e mestras para que o governo provincial fornecesse utensílios para as aulas: cadeiras, mesas, palmatórias, tábuas para escrita entre outros pedidos de mesma ordem, ou mesmo, com solicitações como a criação de uma biblioteca para o Lyceu Parahybano. As dificuldades que a província enfrentava com seus parcos recursos – que deveriam também solucionar os problemas com a seca, os surtos de doenças como foi o caso da varíola em 1836,

[5] O Liceu foi criado em 1836 com o nome de Liceu Provincial e já em 1837 encontramos na documentação a denominação de Liceu Parahybano. Na Resolução de 1846, o presidente da província faz uma exigência para que a documentação emitida por essa instituição como selos, diplomas e registros de alunos e lentes indique o nome de Liceu Paraibano. Utilizaremos neste texto sempre Liceu Paraibano.

mesmo ano de criação do Lyceu Parahybano - e tantas outras demandas que a população e as autoridades provinciais precisavam administrar. Mesmo assim lendo atentamente a documentação pudemos perceber que os moradores da capital da província, bem como os das vilas do interior, nunca deixaram de fazer chegar às autoridades seus pedidos de abertura ou reabertura de cadeiras de primeiras letras. Quanto ao Lyceu Parahybano, apesar de todas as dificuldades que enfrentaram seus *lentes*, ao longo do tempo, jamais fechou suas portas e manteve-se como uma instituição escolar de valor cultural significativo para os paraibanos adentrando os tempos republicanos e chegando aos dias de hoje.

2. As demandas por *instrucção* pública - os pedidos de utensílios escolares

Os pedidos para a criação de cadeiras de primeiras letras nas vilas e povoações da província como Conde, Pilar, Villa Nova da Rainha (atualmente Guarabira), Serra da Raiz, Campina Grande, Itabaiana, Gurinhém, Alhandra e outras, remontam os anos de 1820 anteriores à independência indicando preocupação da população e das autoridades locais com a instrução de primeiras letras para meninos[6]. Na primeira lei geral da instrução pública do primeiro reinado encontramos um primeiro indício de que os prédios escolares e os utensílios deveriam ser parte das preocupações das autoridades com a instrução pública. - *Lei de 15 de outubro de 1827* prescrevia em seu Art. 5º que:

> Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

O artigo 6º da mesma Lei indicava o que deveria ser ensinado e qual o material mais adequado:

> Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

A citação que se segue permite que possamos adentrar ao universo de petições locais, ao qual nos referimos no início do texto, chamando a atenção, especialmente, pela consistência da argumentação:

> (...) Há 30 anos que esta freguesia esta erecto em Villa, sua população tem demonstrado prodigiosamente subindo hoje a mais de 68 habitantes; e ainda não tem um professor de Primeiras Letras ao menos, quanto menos um professor de Latim não estava ocioso, visto que há muitos pais de famílias, que desejam dar uma educação liberal a seus filhos, e que o não fazem por falta de Mestres, vindo a ser muito despendioso a sustenção de um filho nas Praças, além da repugnancia que a natureza lhes inspira para não se apartarem de seus filhos, mormente em uma cidade, em que a firmeza dos costumes corre o maior perigo. È pois sobre este objetivo que nós reclamamos e fazemos ver a Vossas Excelências, que nenhuma razão tem havido da parte do antigo governo, para ter-se olvidado de um estabelecimento tão útil como necessário. Contam-se nesta Villa mais de 40 meninos capazes de escolas sem fazer menção de outras muito que já passam do tempo próprio, e julgam-se perdidos por falta dessa providencia (...). Portanto,

[6] Em 1828 aparece o provimento de uma cadeira de primeiras letras para meninas, ministrada por uma mestra.

> excelentissimos Senhores, não julgamos necessário expandir mais razões para mostrar a necessidade, que temos do que queremos pois que Vossas Exc. saibam o quanto convem a Pátria a propagação das Luzes as quais só se delatam com a cultura das Letras. A vista do exposto V. Exc. determinarão o que for de razão e de festiço. Deus guarde Vossa Excelência. Villa Nova da Rainha. 19 de abril de 1822.

Encontramos pedidos e petições da população desde os anos de 1820 na Parahyba e podemos dizer que as solicitações caminham em duas direções. A primeira delas refere-se aquilo que podemos chamar de condições essenciais para que as aulas de primeiras letras aconteçam como: criação de cadeiras de primeiras letras e subsídios para o pagamento dos professores, reparos nas casas dos professores e pagamento de aluguel de casas para as aulas. Em outra direção, mas não desconectada da primeira, os utensílios/e materiais escolares como: taboas para contar, globos terrestres e celestes; banquinhos para os alunos, banco para o professor, papel e livros para leitura e palmatórias.

Do Município da Corte, na primeira década do oitocentos, vinham as remessas de periódicos para que as autoridades provinciais tomassem conhecimento acerca dos rumos que deveriam dar à educação da mocidade e os pedidos para que remetessem a relação de cadeiras, número de alunos, professores e subsídios destinados para a instrução pública. Ou seja, uma rede de intenções que muitas vezes não chegaram a se efetivar[7].

Em 1834 encontramos um documento denominado, "Processo de Avaliação de Utensílios para Escola", esse documento traz, além da listagem do material solicitado, as possibilidades de adequação dos recursos da localidade solicitante às necessidades de mestres e alunos:

> Aos vinte e seis dias do mês de julho de mil e oitocentos e trinta e quatro em casa da residência do cidadão Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque Juiz de Paz deste Distrito de Gurinhém. Termo da Vila do Pilar Comarca da cidade da Paraíba onde eu Escrivão _____ vindo e ai aparecem José Francisco de Barros e Jozé de Mello Vasconcelos moradores nesta Povoação e nomeados para árbitros pelo dito Juiz para avaliação dos utensílios mais necessários e indispensáveis para a aula do ensino mutuo das primeiras letras desta Povoação e aprovada pelo dito Juiz em audiência hoje e pelo mesmo se foram deferido os juramentos dos Santos Evangelhos ____ ao bem e fielmente examinar e avaliar o orçamento da importância dos bancos, banquinha, para cadeira do mestre. Taboa de operações, tendo-se atenção as circunstancias do lugar na sua população para que nem padeça falta de comodidade os alunos, e nem haja excesso que prejudiquem a Fazenda Pública, para a cuja conservação não só este Governo como todo bom Cidadão deve concorrer este incumbe a V. S. esta tarefa do orçamento recomendando-lhe possível brevidade e espera que se prestava com aquele zelo que é próprio de cidadãos zelosos do bem, e utilidade Pública. Deus guarde a Vossas Senhorias. Palácio do Governo da Paraíba. 10 de julho de 1834(...).

A referida petição gerou uma troca de correspondências entre as autoridades locais no sentido do atendimento às solicitações permitindo perceber que tanto era difícil encontrar mestres para as aulas de ensino mútuo como artesãos capazes de confeccionar os utensílios necessários para o sucesso do empreendimento. Aqui cabe um breve comentário da forma como temos trabalhado com a documentação. Ao longo de mais de quatro anos de pesquisa não temos constituído séries documentais que indiquem tendências ou modelos fixos de

[7] Já encontramos estudos indicando que a Parahyba, nesta época, não era uma província com arrecadação de impostos tão ínfima porque produtora de cana-de-açúcar. Embora os documentos oficiais indiquem muita dificuldade com relação à aplicação de recursos para a instrução, não podemos dizer com certeza que isso se deveu unicamente à falta de recursos.

escolarização para a província, nossa intenção tem sido a de valorizar mesmo que um único documento desde que ele nos leve mesmo que por um traço leve ou quase apagado àqueles que quase não podemos alcançar ou ouvir os ecos de suas vozes: mestres/lentes, alunos e pais de alunos. Os pesquisadores que trabalham com o oitocentos sabem que a documentação privilegiada é a oficial e é entre as suas brechas que vamos encontrando um mundo que certamente era muito mais complexo do que os frios textos das resoluções, decretos e leis sobre a instrução pública e particular, no século dezanove.

Encontramos uma gama de documentos que incidem sobre a relação entre os métodos de ensino, a criação de cadeiras, as matérias que devem ser ensinadas, os recursos disponíveis para provimento das cadeiras e manutenção das casas e prédios públicos com a finalidade de atender às necessidades com a instrução tanto de primeiras letras quanto do ensino secundário permitindo ao pesquisador compreender o engendramento e os vínculos entre a cultura material e a cultura escolar

> (...) Art. 1º - Haverá no Liceu desta cidade mais duas cadeiras, uma de Inglês e outra de Geografia, Cronologia, e História, ficando a cadeira, que tem a seu cargo o ensino destas matérias, limitada ao de Retórica e Poética.
>
> Art. 2º - Para o ensino, e explicação de Geografia e Cronologia o professor servir-se-á do Globo Terrestre e Celeste dos Mapas Geográficos e Tábuas Cronológicas mais exatas, e acreditadas. O professor de Inglês ensinará tanto a gramática, e tradução desta língua, como a sua pronúncia.
>
> §§ 6º - Com as Aulas do Ensino Mútuo da Cidade, e Primeiras Letras da Província a quantia necessária para indenização do aluguel de casas, e utensílios, com que dantes eram suprimidas, e cujas despesas ficam substituídas com as cotas seguintes; a saber: com Aulas de Ensino Mutuo da cidade na razão de 50$000 por cada 40 alunos na mesma forma, que se acha estabelecida sem prejuízo de aluguel da casa do Varadouro, que continuará a ser pago pela Fazenda: com as de meninas da cidade 60$000 para cada uma, e com as mais Aulas de Primeiras Letras das Villas e povoações da Província 50$000 também para cada uma sendo porém excetuadas aquelas do Ensino Vulgar, que existirem em edifício público, as quais continuarão a ter somente 10$000 para utensílios e ficando entendido, que pelos utensílios, de que se trata entenderão aqueles de que precisam as Aulas para se manterem, como mesas bancos, e cadeiras as quais continuarão a ser fornecidas pela Fazenda Pública. (...)§§ 18º - Matrícula dos Estudantes das Aulas do Liceu na cidade, na razão de 3$200 por cada um _____ a exceção das de Latim, que a pagarão uma vês somente: Este rendimento será aplicado para a compra de livros para a Biblioteca Pública do mesmo Liceu/Paço da Assembléia Legislativa Provincial da Parahyba, 27 de Março de 1839.

Seria bom lembrar que entre os utensílios que aparecem com freqüência nas listas de pedidos estão as imagens de Cristo tão importantes para garantir “a moral e bons hábitos cristãos de alunos e professores”. Ao lado das imagens de Cristo deveriam estar as imagens do imperador. Dois símbolos do poder imperial lado a lado nos espaços escolares do oitocentos.

Como nos alerta Souza (2007, p.163), a preocupação com os artefatos para uso escolar está presente desde os escritos de Comenius no século XVI e a invenção da lousa que data do século XVII pelos lassalistas, entretanto, foi o século XIX que consagrou a importância dos utensílios e mobiliário escolares que ganharam maior visibilidade por meio das Exposições Pedagógicas realizadas no interior das Exposições Universais. A autora ressalta ainda que foi em 1873 em Viena que os métodos, utensílios e artefatos escolares começaram a ganhar destaque nas exposições como forma de se comparar o grau de civilização e modernidade entre as várias nações. Um dos argumentos da autora é que a composição material da escola seria

uma busca por um projeto de racionalidade capaz de tornar o ensino produtivo e eficiente. Parece-nos que essa lógica da racionalidade indicaria certa linearidade histórica que foi trilhada e que desembocou na racionalidade do capital em meados do XIX e se efetivou ao longo do XX. Sem desconsiderar completamente o argumento da autora preferimos seguir "escutando" um pouco mais o que têm para nos dizer os homens e as mulheres que demandaram e insistiram pela criação de cadeiras isoladas, materiais e professores para que seus filhos pudessem estudar ou, melhor, receber instrução, em uma província de perfil agrícola e sem perspectiva de industrialização até os dias de hoje.

Como arrecadar recursos para a compra dos utensílios? Essa sempre foi uma resposta difícil e, no caso da Paraíba, uma árdua tarefa a ser cumprida e administrada pelas autoridades: dividir os parcos recursos entre os gastos com a segurança, a agricultura e outros itens de mesmo grau de importância para os habitantes da província.

3. A cultura material e a instrução secundária

No caso da Província da Paraíba, foi somente com a criação do Lyceu Provincial, em 1836, que de fato iniciou-se a organização de um modelo de instrução secundária que prevaleceu até o final do período imperial e que serviu de referência para a organização de outras instituições secundárias tais como o "Colégio de instrução secundária para meninos" (Cunha, s/d), fundado pelo Padre Mestre Inácio de Sousa Rolim, em 1843, em Cajazeiras. O Colégio do Padre Ignácio de Souza Rolim teve prestígio e importância como instituição secundária por localizar-se no sertão e atender às necessidades de instrução dos filhos das famílias mais abastadas da região. Segundo Pinto (1977, p. 265), o Colégio foi considerado "foco importante de instrucção, não só para os sertões desta província como para os do Ceará e Rio Grande do Norte". Em 1858 foi criado o Colégio Nossa Senhora das Neves dedicado à instrução das meninas oriundas de famílias ricas.

As matrículas cobradas aos alunos do Liceu Paraibano foram muitas vezes destinadas às compras de livros para a Biblioteca Pública que funcionava junto ao Liceu. Os lentes do Liceu Paraibano foram em sua grande maioria padres que como a pesquisa têm indicado também tiveram importante papel na composição do quadro de mestres de primeiras letras. Além de sua condição de mestres foram responsáveis pela elaboração dos compêndios utilizados pelos alunos. Como foi o caso do Padre José Antonio Lopes da Silveira que recebeu uma gratificação do governo provincial por ter escrito o Compêndio de Gramática da Língua Nacional que, por ordem das autoridades, passou a ser adotado como Compêndio Provincial.

A escassez de escolas que preparassem o professorado para a carreira do magistério, que foi lentamente sendo constituída ao longo do século dezenove, na verdade não atraía muitos interessados devido à baixa remuneração e as incipientes condições de trabalho que o poder público oferecia aos mestres e mestras. Com relação à instrução secundária a situação era um pouco melhor. Na capital da província restringiu-se ao Liceu Paraibano e, no interior às cadeiras isoladas de latim (Mamanguape, Areie e Pombal), até que fosse criada a Escola Normal em 1884. Pelo que pudemos perceber, a instituição gozava de prestígio entre os habitantes letrados da província que não viam com bons olhos que seus filhos recebessem instrução longe de casa. Com a finalidade de prestarem os exames secundários, muitas vezes os filhos das famílias mais abastadas precisavam recorrer a estabelecimentos localizados em províncias próximas como o Colégio das Artes da Faculdade de Direito de Pernambuco que havia conquistado a equivalência de seus exames aos do Colégio de Pedro II, diferente do Liceu Paraibano que só recebeu equiparação aos exames nos últimos anos do oitocentos. Em seu Relatório o Presidente da Província em 1850 chama a atenção do Governo Imperial para a equivalência dos exames do Liceu Paraibano: "(...) Como medida a ser adaptada pelo Governo Imperial lembro a da validade

dos exames feitos n'aquellle estabelecimento para as matrículas nas Faculdades e Academias do Império (...)".

Vale ressaltar que em 1848 o Relatório do Presidente da Província indica a importância da fundação de uma Casa de Educandos Artífices requisitando para este fim uma propriedade denominada "Cruz do Peixe" que deveria passar por reformas para a instalação de salas para as oficinas já que a instituição visava o ensino de ofícios. A efetivação desse estabelecimento de ensino que abrigou em seu interior uma cadeira de primeiras letras deu-se no ano de 1864.

Por meio dos estudos sobre cultura material podemos acompanhar questões relativas à história das disciplinas escolares. Encontramos um documento em 1858 no qual o Presidente da Província solicita a compra de cinqüenta exemplares do curso de matemática elementar de C. B. Ottoni em substituição aos tratados de geometria de Euclides adotado no Liceu Paraibano acompanha o pedido de compras do Presidente, duas tábuas de logarítimo para ficar no Liceu e algumas outras que deverão ser vendidas aos alunos e é claro destina verba para a referida compra.

4. Considerações finais

O desafio de escrever tendo como referencial e perspectiva a cultura material para compreendermos o cotidiano escolar no oitocentos é duplo: de um lado a escassez das fontes já comum ao historiador que trabalha com esta temporalidade e de outro a pouca produção no campo da história da educação acerca da temática ou abordagem. Muitas vezes ficamos com a sensação que estamos apenas inventariando o conjunto de objetos e espaços destinados ao processo de configuração do mundo escolar no período. De qualquer forma, entendemos que textos mais descritivos podem ajudar outros pesquisadores que venham a se interessar pela temática na direção de estabelecer conexões mais ricas em termos de problematizar a cultura escolar no oitocentos. Como afirma Chartier (2006, p. 39):

> O objeto fundamental de uma história que visa reconhecer a maneira pela qual os atores sociais dão sentido às suas práticas e aos seus enunciados situa-se, portanto, na tensão entre, de um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, de outro, as restrições e as convenções que limitam – com mais ou menos força segundo as posições que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer.

O movimento que o pesquisador pode perceber na leitura de documentos escritos e oficiais com relação aos pedidos que se repetem, insistindo teimosamente para que suas demandas sejam atendidas, para que as compras de materiais sejam realizadas, para que os professores recebam seus salários, para que os aluguéis de casas destinadas à instrução de primeiras letras sejam pagos, para que sejam reformados prédios para abrigar instalações escolares dentre outros pedidos. Ou mesmo quando as autoridades do Governo Imperial exigem que os presidentes de província relatem a situação da instrução primária e secundária detalhadamente e fazem isso várias vezes e não recebem resposta alguma, nos faz pensar que táticas e estratégias estariam dando sinais do jogo de força e das relações de poder estabelecido entre as autoridades locais e imperiais que na maioria das vezes exigiam das províncias uma eficiência e ofereciam pouca ajuda no campo da instrução pública.

Direcionar um "olhar" mais atento para o período imperial paraibano, no que concerne aos aspectos educacionais, visa contribuir com a produção de novos conhecimentos sobre a nossa história cultural e conseqüentemente a preservação da memória educacional brasileira. A "Província da Parahyba do Norte" se constitui em uma das mais antigas do Brasil guardando uma significação histórica que precisa ser melhor conhecida e analisada. Temos ainda que registrar que nesse período, que nos propomos a estudar, foram criadas importantes instituições educacionais, tais como: o Lyceu Parahybano (1836), o Colégio de Nossa Senhora da Neves

(1858), a Escola de Aprendizes e Artífices (1865), a Escola Normal (1884), além de um aumento significativo do número de cadeiras isoladas, conforme já analisado por Pinheiro (2002). Foram nesses espaços escolares que se perpetuaram práticas educativas consideradas tradicionais e foram engendradas novas culturas escolares efetivadas tanto, pelo professorado leigo quanto, pelos religiosos da Igreja Católica que visavam a construção de uma determinada identidade nacional e paraibana. Associada a essas questões é possível identificarmos os primeiros indícios de uma organização da escolaridade pública e particular, em seus diversos níveis. O presente texto procurou caminhar nesta direção.

Referências Bibliográficas

CHARTIER. Roger Chartier. História Cultural - entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. Portugal: DIFEL 82, 2002.

CHARTIER. Roger. A “nova” história cultural existe? In LOPES. A. H.&VELLOSO M.P.& PESAVENTO S. J. (orgs.) História e Linguagens: Texto, Imagem, Oralidade e Representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CUNHA, João Rolim da. Colégio Nossa Senhora de Lourdes - Cajazeiras. João Pessoa, PB: A União. S/d.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A palmatória era a sua vara de condão: práticas escolares na Paraíba (1890-1920). In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira [et.al.]. Modos de ler, formas de escrever – Estudos de História da leitura e escrita no Brasil. Belo Horizonte; Autêntica, 1998 [117-142]

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

_____, & CURY, Cláudia Engler. Leis e regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial. Brasília, DF: MEC/INEP, 2004. CD-ROM (Coleção documentos da educação brasileira).

_____. A instrução na Província da Parahyba do Norte (1822 – 1849): a criação do Lyceu Parahybano e práticas instrucionais. In: Anais do XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: Educação, Ciência e Desenvolvimento Social. Belém/PA: INEP/ANPED e Universidade Federal do Pará, 2005 (CD ROM).

PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas para a história da Paraíba. (reprodução da edição de 1916), V.II, João Pessoa, PB: Ed. Universitária/UFPB, 1977. (Coleção documentos paraibanos, 5). 310 p.

SOUZA. Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial in: BENCOSTTA. Marcus Levy Albino (org.). Culturas Escolares e Práticas Educativas – itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

Documentos Consultados:

Caixas do Arquivo Público do Estado da Paraíba 1820-1889. Catalogadas pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação na Parahyba Imperial.